



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

Aviso n.º 20459/2009

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum para a ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 75, de 17 de Abril de 2009, através do aviso n.º 8287/2009, de 2 de Abril e na Bolsa de Emprego Público através da oferta n.º OE200904/0332, homologada por meu despacho de 20 de Outubro de 2009 e a seguir discriminada:

	Candidatos aprovados	Classificação final
1	Maria de Lurdes Carneiro Pereira	13,30
2	António Manuel de Albuquerque Pereira	12,10
3	Sónia Cristina Costa Inácio Ramos	12,00
4	Ana Cristina da Conceição Martins Vinagre Moreira	11,70

4 de Novembro de 2009. — O Secretário-Geral, *José Maria Belo de Sousa Rego*.

31182009

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 1238/2009

Por ter saído com inexactidão no *Diário da República* n.º 192, de 2 de Outubro de 2009, a página 40058 — Portaria 931/2009 (2.ª série), que ingressou nos quadros permanentes da classe do Serviço Técnico, os ofícios abaixo mencionados, solicita-se anular e considerar sem efeito a referida portaria:

9101499 2TEN TSN RC Bruno Alexandre Gonçalves Neves.
9101703 2TEN TN RC Miguel Neno de Almeida.
9101006 STEN TN RC Rui Miguel Raposo Rosa.
9103305 2TEN TN RC Maurício Filipe Teixeira Pinto.
116297 1SAR ETC António Luís Prates Lopes.

5 de Novembro de 2009. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

202555123

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Direcção de Administração de Recursos Humanos

Repartição de Pessoal Militar

Despacho n.º 24880/2009

Por despacho de 30 de Outubro de 2009 do Chefe da RPM/DARH, por subsubdelegação do Ex.mº MGEN DARH após subdelegação do Ex.mº TGEN AGE, por delegação recebida de S. Ex.ª o GEN CEME, foram promovidos ao posto de 2SAR RC, nos termos da alínea b) do

n.º 1 do Artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Dec. Lei n.º 197-A/03 de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

FUR RC 028 NIM 04353601, Rui Miguel de Oliveira Regueira, 17 de Outubro de 2009.

FUR RC 031 NIM 03423501, Alexandra da Luz Esteves Alves, 17 de Outubro de 2009.

FUR RC 609 NIM 02758300, Johhana Katerine Domingues Perez, 17 de Outubro de 2009.

FUR RC 725 NIM 07889301, Susana Maria da Costa Mendes, 17 de Outubro de 2009.

30 de Outubro de 2009. — O Chefe de Repartição, *José António da Fonseca e Sousa*, COR INF.

202554768

Despacho n.º 24881/2009

Por despacho de 3 de Novembro de 2009 do Chefe da RPM/DARH, por subsubdelegação do Ex.mº MGEN DARH após subdelegação do Ex.mº TGEN AGE, por delegação recebida de S. Ex.ª o GEN CEME, foram promovidos ao posto de 2SAR RC, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Dec. Lei n.º 197-A/03 de 30AGO, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

FUR RC 186 NIM 06424498, Ângela Maria Vidinha Pereira Lopes — 17 de Outubro de 2009

FUR RC 609 NIM 07758501, Ana Patricia Miranda Pires — 17 de Outubro de 2009

FUR RC 427 NIM 17201002, Manuel Alcides Rocha de Brito — 17 de Outubro de 2009

FUR RC 377 NIM 13237800, Dinis de Matos Gaspar — 17 de Outubro de 2009

3 de Novembro de 2009. — O Chefe de Repartição, *José António da Fonseca e Sousa*, COR INF.

202554873

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Louvor n.º 1404/2009

Louvo a Operadora de Telecomunicações Carla Sofia Bago de Ouro Antunes pela forma como zelosamente tem vindo a desempenhar as suas funções.

A disponibilidade que no dia-a-dia demonstrou e foi distintiva do seu profissionalismo, abnegação mesmo quando acarretava prejuízo para a sua vida privada.

Por estas razões, e pelo sentido de responsabilidade demonstrado considera-se inteiramente justo reconhecer publicamente os seus serviços, dos quais resultou prestígio para a Autoridade Nacional de Protecção Civil.

3 de Novembro de 2009. — O Presidente, *Arnaldo Cruz*.

202554621

Louvor n.º 1405/2009

Louvo a Assistente Técnica Célia Maria de Avelino Pereira pela forma como zelosamente tem que tem vindo a desempenhar as suas funções.

A disponibilidade e abnegação que no dia-a-dia demonstra, muitas vezes com prejuízo das suas actividades familiares foram características do seu profissionalismo.

Por estas razões, e pelo seu sentido de responsabilidade considera-se inteiramente justo reconhecer publicamente os seus serviços, dos quais resultou prestígio para a Autoridade Nacional de Protecção Civil.

4 de Novembro de 2009. — O Presidente, *Arnaldo Cruz*.

202554581

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 20460/2009

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade

portuguesa, por naturalização a Gerson Adolfo Soares Gomes, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 30/04/1983, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

6 de Novembro de 2009. — Pelo Director Nacional, a Inspectora, *Maria Helena Bastos Martins*.

202557084

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos

Aviso n.º 20461/2009

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º e nos termos do artigo 50.º, ambos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se público que por despacho da directora-geral dos Serviços Prisionais de 30 de Outubro de 2009, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no Diário da República, procedimento concursal comum (referência 12/C/2009), para a ocupação de 2 postos de trabalho para a carreira/categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

2 — Por ainda não se encontrar regulamentada e em funcionamento a Entidade Centralizadora para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC) e de acordo com a Direcção-Geral de Administração e Emprego Público (DGAEP), ficam os organismos públicos dispensados de consultar a referida Entidade durante um ano.

3 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 — O presente aviso será registado na bolsa de emprego público (BEP) no 1.º dia útil seguinte à publicação no Diário da República, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

5 — Número de postos de trabalho — o procedimento concursal visa a ocupação de 2 postos de trabalho em regime de contrato por tempo indeterminado.

6 — Local de trabalho: Serviço de Auditoria e Inspeção — Delegação Norte (Porto) e Delegação Sul (Lisboa).

7 — Caracterização do posto de trabalho — Fiscalizar e acompanhar o desempenho dos estabelecimentos prisionais, nomeadamente, nas áreas do tratamento penitenciário, actividades económicas, gestão da população prisional, segurança e gestão administrativa e financeira, recolhendo os elementos de informação necessários, tendo em vista o seu bom funcionamento; verificar o cumprimento das disposições legais, dos regulamentos e das instruções de serviço nos estabelecimentos prisionais; realizar inspeções, auditorias e sindicâncias nos estabelecimentos prisionais; realizar as inspeções, auditorias e sindicâncias aos serviços da DGSP que lhe forem ordenadas; instruir os processos de averiguações, de inquérito e disciplinares de maior complexidade ou que envolvam, como visados ou arguidos, pessoal dirigente, supervisionar e dar apoio técnico nos processos que não sejam instruídos pelo serviço de auditoria e inspeção.

8 — Posicionamento remuneratório — o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objecto de negociação, com a entidade empregadora pública nos termos do n.º 1 do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da administração pública central e, em especial, as aplicáveis ao Ministério da Justiça.

9 — Requisitos de admissão ao procedimento concursal:

9.1 — Os previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

9.2 — O recrutamento é circunscrito a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro,

10 — Nível habilitacional — Licenciatura em Direito, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

11 — Ao procedimento concursal não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento.

12 — Formalização das candidaturas — As candidaturas devem ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, de utilização obrigatória, disponível na página electrónica desta Direcção-Geral (www.dgsp.mj.pt) ou nas suas instalações sitas na Av. da Liberdade, n.º 9, 2.º andar em Lisboa.

A candidatura deve ser entregue nas instalações desta Direcção-Geral ou remetida pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado, para a Av. da Liberdade, n.º 9, 2.º andar — 1250-139 Lisboa.

13 — Documentos

13.1 — Para os candidatos em SME que exerçam, por último, funções idênticas às publicitadas e candidatos com regime de emprego público por tempo indeterminado, a exercer funções idênticas às publicitadas, a candidatura deve ser formalizada com os seguintes documentos:

a) Curriculum vitae em formato europeu (modelo disponível em www.dgsp.mj.pt), detalhado, datado e assinado; dele devendo constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce, bem como as que exerceu, com indicação dos respectivos períodos de duração e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação das entidades promotoras, duração e datas;

b) Documento comprovativo das habilitações literárias e da formação profissional;

c) Declaração passada e autenticada pelo serviço de origem da qual conste a identificação da carreira, natureza da relação jurídica de emprego público, respectiva antiguidade e avaliação de desempenho, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 11.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

d) Declaração passada e autenticada pelo serviço de origem da qual conste a caracterização do posto de trabalho que ocupa ou ocupou por último no caso de trabalhadores em SME em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado, informação que poderá ser completada com as fichas do SIADAP;

e) Situação em que se encontra relativamente aos requisitos para a constituição da relação jurídica de emprego público, nos termos do artigo 8.º da LVCR;

f) Fotocópia do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão.

13.2 — Para os candidatos em SME que exerçam, por último, funções diferentes das publicitadas e para os candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado a exercer funções diferentes das publicitadas, a candidatura deve ser instruída com os seguintes documentos:

a) Curriculum vitae em formato europeu (modelo disponível em www.dgsp.mj.pt), detalhado, datado e assinado; dele devendo constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce, bem como as que exerceu, com indicação dos respectivos períodos de duração e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação das entidades promotoras, duração e datas;

b) Documento comprovativo das habilitações literárias;

c) Declaração passada e autenticada pelo serviço de origem da qual conste a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;

d) Situação em que se encontra relativamente aos requisitos para a constituição da relação jurídica de emprego público, nos termos do artigo 8.º da LVCR

e) Fotocópia do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão.

14 — Nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março, é suficiente a simples fotocópia dos documentos autênticos ou autenticados referidos nos números anteriores, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do mesmo artigo.

15 — A falta de apresentação dos documentos exigidos no presente aviso implica a exclusão dos candidatos, nos termos do n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

16 — Os candidatos que exerçam funções na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais ficam dispensados, ao abrigo do n.º 7 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, da entrega de documentos comprovativos que se encontrem arquivados no processo individual.

17 — Em conformidade com o n.º 4 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos de